

PLÍNIO SALGADO, OS INTEGRALISTAS E A DITADURA MILITAR. OS HERDEIROS DO FASCISMO NO REGIME DOS GENERAIS (1964-1975)

João Fábio Bertonha¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir a presença e a influência dos ex-integralistas no golpe de 1964 e na ditadura militar instalada neste ano no Brasil. O papel de Plínio Salgado na mesma será especialmente enfocado.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Integralismo. Regime Militar. Plínio Salgado.

ABSTRACT: The main purpose of this paper is to discuss the presence and influence of the former integralists in the Military Dictatorship which ruled Brazil after 1964. The role of Plinio Salgado in the dictatorship will be specially stressed.

KEYWORDS: Brazil. Integralism. Military Dictatorship. Plínio Salgado.

Introdução

Quando pensamos na história das ditaduras militares instaladas na América Latina a partir dos anos 60 do século passado, a tentação de utilizar o termo fascismo para defini-las é imensa e, na aparência, perfeitamente justificável. Vários dos exércitos, como o do Chile, tinham uniformes e simbologia de

¹ Doutor em História Social – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/PR (Brasil) e pesquisador do CNPq .

origem germânica, muitos dos torturadores exibiam símbolos nazistas, etc. E, acima de tudo, a violência por eles aplicada era tamanha que parecia se justificar que Pinochet, Médici ou Videla fossem colocados ao lado de Hitler e Mussolini.

Mesmo no campo acadêmico, houve pesquisadores que recorreram ao termo “fascismo” para classificá-las sociologicamente. Eles tendiam a ver, nos regimes militares, um equivalente moderno do modelo fascista, normalmente criado a partir de pressupostos marxistas clássicos.²

Mesmo naquele momento, contudo, outros cientistas sociais³ concluíam que era impossível chamar os regimes militares latino-americanos de fascistas, já que não tinham uma característica básica, ou seja, os partidos de massa capazes de mobilizar a população, sendo que não havia como as Forças Armadas assumirem esse papel. Uma ditadura militar-corporativa seria melhor definição para estes regimes do que fascismo.

Estou de acordo com essa reflexão. Os regimes militares latino-americanos eram ditaduras, mas não eram fascistas. Isso não significa que elas fossem melhores ou piores do que o fascismo, mas simplesmente que não podem ser classificadas nesta rubrica. Afinal, todo regime fascista é uma ditadura, mas nem toda ditadura é um regime fascista. E, do mesmo modo, se toda ditadura fosse um fascismo, os dois termos seriam equivalentes

² SANTOS, Theotonio. *Socialismo o fascismo. El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972; SCHILLING, Paulo. *O Expansionismo brasileiro A geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamaraty*. São Paulo: Global, 1981. Para o caso da revista chilena *Araucaria* e sua caracterização do regime de Pinochet como fascista a partir da herança de Portales e do hispanismo, ver SILVA, Eça Pereira da. História e Memória na revista *Araucaria* de Chile. In: *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Vitória, 2008, p. 6-9.

³ DAVID, Maurício Dias. Fascismo e ditaduras militares na América Latina. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 8: 149-162, 1979; SCHMITTER, Philippe. The Portugalization of Brazil? In: STEPAN, Albert. *Authoritarian Brazil – Origins, policies and future*. New Haven and London: Yale University Press, 1973, p. 179-232.

e o segundo não significaria mais nada.⁴

Dizer que, metodologicamente, regimes fascistas e ditaduras militares estão em campos separados não resolve, contudo, a questão. Desde os anos de 1920 e 1930, e também posteriormente, os vários grupos, movimentos e regimes de direita estavam permanentemente trocando ideias, perspectivas e modelos. Mesmo em ditaduras militares mais ou menos clássicas como as latino-americanas, o potencial de colaboração e influência da extrema-direita fascista (representada tanto pelos antigos militantes dos anos 1920 e 1930 ainda ativos, quanto pelos novos, contemporâneos) era e é real e verificar como e em que nível essa colaboração se deu pode ser um exercício interessante para compreender a gênese das mesmas.

Em outro trabalho, em vias de publicação, fiz uma análise comparada dos casos brasileiro, chileno e argentino. O presente artigo pretende aprofundar o caso brasileiro e verificar até que ponto os herdeiros do fascismo colaboraram na formatação do regime militar brasileiro. Mesmo reconhecendo que herdeiros ou simpatizantes do fascismo podem ter colaborado com a ditadura sem uma filiação partidária comum ou atuando em outros grupos de extrema direita, como a TFP ou o CCC, a ênfase deste texto será mais específica, concentrando-se nos ex-membros do integralismo.

A *Ação Integralista Brasileira* (AIB) foi, com efeito, o principal movimento fascista surgido no país e verificar os seus ecos no regime militar parece ser um caminho metodologicamente válido para verificar a presença da extrema direita no mesmo, ainda que, provavelmente, não seja o único nem esgote a questão.

Para tanto, o texto se desdobrará em várias partes. Inicialmente farei, de forma breve, uma apresentação do esforço de sobrevivência dos ex-integralistas no cenário político nacional

⁴ Ver as reflexões conclusivas de Hégio Trindade a respeito em *Fascismo e neofascismo na América Latina* em VIZENTINI, Paulo e MILLMAN, Luís. *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 47-74.

entre 1945 e 1964, de forma a fornecer, ao leitor, o quadro em que os herdeiros do integralismo se moviam imediatamente antes do golpe. A participação deles no mesmo e a sua tentativa de influenciar a ditadura ideologicamente será vista a seguir, com especial ênfase no papel de Plínio Salgado nestes esforços.

O integralismo e o Partido de Representação Popular (1932-1964)

Se formos pensar em termos de fascismo organizado, o país mais próximo do fascismo, nas Américas na década de 1930, seria, provavelmente, o Brasil. O governo do presidente Vargas entre 1937 e 1945, o *Estado Novo*, com certeza não era fascista (sendo mais uma ditadura autoritária com tons modernizantes), mas vários de seus membros simpatizavam com Hitler e, ainda mais, com Mussolini e Salazar. Não obstante, o principal fator que sustenta esta afirmação é a existência da *Ação Integralista Brasileira*, o maior partido fascista surgido fora da Europa.

O movimento esteve perto de atingir o poder no Brasil, tendo participado do golpe de Getúlio Vargas que criou o *Estado Novo* em 1937. Sua força foi insuficiente, porém, para tanto, num país onde a direita conservadora (especialmente a Igreja, os militares e as elites políticas e econômicas) manteve o controle do governo. Ao final, o movimento foi expelido do bloco governista e, após tentar um golpe de Estado em 1938, foi formalmente eliminado por Vargas, tendo seu líder, Plínio Salgado, se refugiado em Portugal.

Com a redemocratização do Brasil em 1945, o retorno de Plínio Salgado ao país e a fundação do *Partido de Representação Popular* (PRP), novas possibilidades pareciam abrir-se para o integralismo ou para o novo integralismo. Proclamar a violência ou o golpe de Estado para atingir o poder não era mais aceitável naquele momento, mas a luta eleitoral parecia um caminho viável e que poderia ser percorrido.⁵

⁵ Para os parágrafos a seguir, a não ser que exista menção em contrário, baseei-me fortemente no trabalho do historiador Gilberto Calil. Ver *O integralismo*

Sobre o PRP várias questões poderiam ser levantadas. Após as suas alterações doutrinárias, ele poderia ser chamado de “pós-fascista” ou “neofascista”, tendo se afastado o suficiente do modelo do fascismo clássico da antiga AIB? Ou teria se afastado tanto que poderia ser classificado não mais como um partido fascista ou próximo a ele, mas simplesmente de conservador, ainda que radical? Estas são questões ainda em aberto.

Nos vinte anos seguintes, de qualquer modo, o PRP foi um ator constante na política brasileira, mas seus resultados eleitorais nunca foram especialmente consistentes. Era extremamente fraco no Norte e Nordeste, com alguma representatividade no Sudeste. Suas bases mais fortes estavam no Sul e no Espírito Santo, entre os agricultores do minifúndio e em parte das classes médias urbanas. Uma força política que deu sobrevida a Salgado, mas bem longe do mínimo necessário para alimentar os sonhos de poder de sua liderança.⁶

Com a polarização política brasileira no início da década de 1960, Salgado e seus seguidores identificaram uma nova “janela de oportunidades” para atingir o poder. Não mais pela via democrática, a qual havia se revelado além do alcance dos limitados recursos do seu grupo nos anos de 1950 e 1960 e da sua relativamente pequena popularidade, mas pela sua participação em um novo golpe de Estado.

no pós-guerra – a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001; CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

⁶ Ver mais detalhes no meu Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *Diálogos – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, v. 13, n. 1: 63-82, 2009.

Plínio Salgado, o PRP e o golpe de 1964

É fácil identificar a presença de membros do PRP na formatação do golpe de 1964. Os deputados do PRP, como Abel Rafael Pinto, Ivan Luz, Osvaldo Zanella, Aníbal Teixeira e o próprio Plínio Salgado fizeram inúmeros discursos na Câmara dos Deputados contra João Goulart, justamente no momento de maior tensão política.⁷ Membros do partido também colaboraram, em palestras e atos públicos por todo o país, na criação de uma atmosfera favorável ao golpe.⁸ Outras atividades incluíram a publicação, por parte da Editora GRD (de propriedade de Gumercindo Rocha Dórea, militante do PRP), de obras como *Une – Instrumento de subversão*, de Sonia Seganfredo, e um sem número de livros anticomunistas.⁹

O famoso sistema IPES/IBAD, por isto mesmo, financiou boa parte destas atividades nestes anos iniciais da década de 1960, incluindo o pagamento das campanhas de seus deputados federais e as publicações acima mencionadas. Na direção do IPES/IBAD, aliás, estavam ex-integralistas, como Ivan Hasslocher, o Marechal Inácio de Freitas Rolim, Antonio Gallotti, Adib Casseb, Miguel Reale e muitos outros.¹⁰

Plínio também escreveu um número substancial de artigos atacando a presidência de Goulart¹¹ e, num deles, chegou a afirmar que as “reformas de base” do presidente eram apenas uma cortina de fumaça do Partido Comunista para um novo 1917.¹²

⁷ Arquivo Municipal de Rio Claro, Fundo Plínio Salgado (FPS), Caixa 15, envelope 26, coleção de recortes e discursos da bancada do PRP entre 20/1 e 31/3 de 1964.

⁸ Ver vários informes do DOPS paulista entre 1962 e 1964 em AESP/DOPS, 24K12, caixa 266.

⁹ DREIFUSS, Renè. 1964: *A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 289-290 e 642.

¹⁰ Idem, p. 102, 330-334.

¹¹ FPS, Caixa 114, E4, recortes do ano de 1963.

¹² Artigo de 1962 no jornal “A Marcha”, sem data precisa. Disponível em Idem,

Fez também inúmeras conferências contra o governo e, numa delas, chegou a chamar Goulart de “burro” e “mal intencionado”.¹³

Várias das “Marcha(s) da Família por Deus e pela Pátria” conservadoras tiveram participação do PRP, como em Minas Gerais,¹⁴ e Plínio Salgado foi especialmente atuante na de São Paulo. Efetivamente, em 19/3/1964, ele enviou uma mensagem pessoal às mulheres paulistas, apoiando a sua realização,¹⁵ parece ter colaborado na redação do seu manifesto¹⁶ e foi um dos seus principais oradores. Não espanta que seu nome tenha sido mencionado com destaque como “galinha verde, integralista e traidor, que chefiou a quinta coluna de Hitler no Brasil” no panfleto de 21/3/1964 da Federação paulista dos trabalhadores da alimentação, que criticava a mesma.¹⁷

Plínio também colaborou, em boa medida aproveitando-se da sua rede de contatos da época integralista, na organização do golpe em si. Segundo seu depoimento, no dia 31/3, ele estava no Rio de Janeiro e ajudou a articular militares e civis, inclusive conversando com os governadores Magalhães Pinto e Ademar de Barros.¹⁸ Não é impossível, pois vários dos conspiradores haviam sido integralistas e tinham respeito pela figura de Salgado, o que ajudou no agendamento de encontros e na superação de problemas.

Espanta realmente, a propósito, a forte presença de ex-integralistas no golpe. Basta recordar, a propósito, como um dos seus líderes, o Almirante Hasselmann, que travou tiroteio com

Caixa 3, E7.

¹³ AESP/DOPS, 24H12, Caixa 264, informe sobre a conferência de Plínio Salgado na Biblioteca Municipal, 4/12/1963.

¹⁴ SIMÕES, Solange. *Deus, Pátria e Família*. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 88.

¹⁵ FPS, Caixa 114, E5.

¹⁶ FPS, 64.03.28/01, Carta de Plínio Salgado a Alfredo Buzaid, 28/3/1968.

¹⁷ AESP/DOPS, 24K12, Dossiês, caixa 266, informe reservado de 21/3/1964.

¹⁸ SALGADO, Plínio. Análise da política brasileira. *Diário de São Paulo*, 31 mar. 1968. In FPS, Caixa 115, E5.

marinheiros insubordinados já em 25/3/1964, fora um dos jovens oficiais da Marinha que tomara de assalto o Ministério da Marinha no *putsch* integralista de 1938. Aparentemente, era o integralismo voltando a agir, com décadas de atraso

Depois da vitória do movimento golpista, Plínio tentou, como era de seu feitio, assumir todos os méritos pelo ocorrido e afirmou que toda a movimentação havia acontecido sob sua coordenação e que 1964 era uma vitória do integralismo. Já em 19/4/1964, ele escrevia:

O Brasil salvou-se porque foi preparada uma geração de militares e civis que se abeberaram nas fontes da doutrina integralista e nos ensinamentos que ministrei sobre a estratégia e a tática do comunismo [...].

Todos os princípios que sustentávamos, todos os fundamentos doutrinários que embasavam nossas restritas organizações, eram agora proclamados por associações de classe, por alguns partidos políticos, por grupos de militares. Pessoalmente, éramos renegados, mas a essência do que ensinávamos frutificou.¹⁹

O fato do general Mourão, que deu início à movimentação militar em Juiz de Fora, ter sido integralista, só colaborou para reforçar esta versão de Salgado, ainda que, depois, tenha sido confirmado que a participação de Mourão na conspiração foi muito menos importante do que se imaginava e até indesejada pelos golpistas.²⁰

Nove anos depois, em 1973, no convite para a inauguração de um mausoléu aos mortos da intentona de 1938, ele ainda escrevia:

A noite da morte em que se envolveram trouxe a aurora magnífica de 31 de março de 1964, despertada por um integralista, o General Olímpio Mourão [...]. Estes homens dormiram em 11 de maio de

¹⁹ Salgado, Plínio. O que fazer? *Diário de São Paulo*, 19/4/1964. In Idem, Caixa 114, E5.

²⁰ DREIFUSS, Renè. op. cit., p. 417-455.

1938 e acordaram em 31 de março de 1964.

Lembro-me de um por um, com a afeição que lhes dediquei e dedico, neste momento em os princípios fundamentais da nossa doutrina são aceitos e correntes pelos responsáveis a testa da administração e da política em nosso país.²¹

No privado, Plínio era ainda mais explícito:

Antes de mais nada, falemos da revolução vitoriosa. Foi obra exclusivamente de integralistas. Faz mais de um ano que venho tendo entendimentos com o nosso companheiro general Mourão, que foi o chefe de Estado maior da milícia dos camisas verdes, quando capitão [...]. Tendo o Jango transferido o Mourão para Juiz de Fora, ali articulou todas as guarnições de Minas. Ao mesmo tempo, o deputado Abel Rafael e Aníbal Teixeira, com discursos e conflitos de rua, criaram o clima propício entre os mineiros.

Concomitantemente, nossos companheiros Pires e Hoffmann, secretários de Estado no governo Meneghetti, agiram no Rio Grande do Sul, articulando o movimento. Na mesma ocasião, agiam os companheiros do Paraná, de Pernambuco e do Ceará, com grande êxito. Nosso companheiro, coronel Astrogildo, da reserva do Exército, viajou por todos os Estados, articulando. Na Marinha, o nosso companheiro, almirante Hasselmann, trabalhava ativamente [...] unindo-se todos os grupos. Conversei com os governadores Meneghetti e Ademar, que estavam firmes em suas decisões, assim como com o Juscelino e o Carlos Lacerda.

Quando Goulart cometeu a insensatez do comício de 13 de março, a bancada do nosso partido foi a única que lançou um manifesto à Nação, de tal maneira corajoso e violento que nos arriscávamos a ser incursos na Lei de Segurança. Em seguida fui a São Paulo, na marcha de um milhão de pessoas, quando todos os oradores falavam em termos vagos, pronunciei um discurso apelando para as Forças Armadas e particularmente para o Segundo Exército. Segui para o Rio, onde fiz a articulação dos sargentos, valendo-

²¹ "Mensagem aos integralistas da Guanabara". In FPS, Caixa 11 , E1.

me da circunstância de serem os presidentes dos três Clubes de Sargentos nossos companheiros, bons integralistas.

Faltava a iniciativa. Quem a tomou foi o general Mourão, nosso companheiro de ideal. Arriscou sua carreira e sua vida. Levantou Minas Gerais em peso. Cumpre dizer que o comandante da Força Pública em Minas, coronel Geraldo, é velho camisa-verde [...]. Como você vê, a ação do nosso partido foi da maior importância nos acontecimentos. Mais uma vez, concorreremos para a salvação da nossa Pátria.²²

Esta versão, que continua a circular na memória integralista,²³ é exagerada. Como visto, houve integralistas (ou ex-integralistas) em posição de comando no golpe, mas, em geral, eles não se articularam enquanto herdeiros do movimento e muito menos obedecendo a ordens de Salgado. No sistema IPES/IBAD, por exemplo, apesar da presença maciça de ex-integralistas, não há sinais de um controle ou influência maior de Plínio sobre as diretrizes da organização, no entanto, no máximo, um respeito individual dos ex-militantes por ele. E o próprio general Mourão, em suas memórias, não faz nenhuma menção a Plínio Salgado quando procurou defender sua participação no movimento de 1964.²⁴

Ou seja, os remanescentes do integralismo – filiados ou não ao PRP – tiveram participação importante no movimento e colaboraram para o seu sucesso. Mas não se pode superestimar a mesma e nem imaginar que eles se articularam como ex-militantes do integralismo. Este forneceu, no máximo, uma experiência comum e uma socialização ideológica, da qual surgiram contatos que colaboraram para o sucesso do golpe e não mais do que isso.²⁵

²² FPS, 64.04.23/02, Carta de Plínio Salgado a Castorino Gomes Ribeiro, prefeito de S. Bento do Sapucaí, 23/4/1964.

²³ SALGADO LOUREIRO, Maria Amélia. *Plínio Salgado, meu pai*. São Paulo: GRD, 2001, p. 469-473.

²⁴ MOURÃO FILHO, Olímpio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

²⁵ Ver análises ponderadas neste sentido em CALIL, Gilberto. *Os integralistas e*

Curiosamente, a mesma opinião era emitida por um informante do DOPS paulista que, ao assistir uma conferência de Plínio num Centro acadêmico paulistano em 2/6/1964, registrou não apenas como este procurava se apresentar como mentor do golpe, como seu objetivo era atrair atenção e glória para si num momento oportuno,²⁶ o que indica como os próprios contemporâneos entendiam perfeitamente como era falsa a imagem que Plínio e os integralistas tentavam passar.

Os ex-integralistas, Plínio Salgado e o regime militar

Do mesmo modo, é preciso ter cuidado com a superestimação da influência integralista no regime militar. Aparentemente, ela foi imensa. Afinal, os ex-integralistas receberam, do regime, acesso a posições de poder em quantidade e importância superiores às que o PRP havia atingido.

Efetivamente, Raimundo Padilha chegou a líder do governo no Congresso e governador da Guanabara; Alfredo Buzaid e Ibrahim Abi Ackel foram ministros da Justiça; João Paulo Reis Velloso do Planejamento e Euro Brandão da Educação e Cultura. Os ex-integralistas também controlaram, segundo algumas fontes,²⁷ muitas posições menores em vários ministérios, como a Comissão de Moral e Cívica do MEC e a Superintendência de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), com sua máquina burocrática.

O próprio Plínio Salgado se encaixou sem problemas na nova ordem. Ele foi líder do governo na Câmara dos Deputados e teve papel de destaque na aprovação de várias leis enviadas

o golpe de 1964. *História e Luta de Classes*, n.1: 55-76, 2005 e TRINDADE, Hélio, O radicalismo militar em 1964 e a nova tentativa fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar: Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, pp. 123-141.

²⁶ AESP/DOPS, 24K12, Dossiês, caixa 266.

²⁷ LIMA, Délcio Monteiro de. *Os senhores da Direita*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1980, p. 92-93.

pelos militares ao Legislativo. Ele defendeu ardorosamente o envio de tropas brasileiras à República Dominicana em 1965 e foi, por exemplo, o relator do projeto de Decreto-lei 1077 de 1970 que implantava a censura prévia de livros e periódicos e proibia a circulação de material pornográfico no país.

Suas ações como deputado eram coerentes com suas ideias,²⁸ mas também são indicativas da sua subserviência aos militares. Ele fazia críticas ao uso moderado que o regime fazia dos instrumentos repressivos, como a censura, e a políticas como a “convivência pacífica” com o mundo comunista.²⁹ E, na sua produção jornalística, era contínuo o esforço para demonstrar que o perigo comunista não tinha sido vencido, mas apenas camuflado, e que a revolução errava em abordar o combate anticomunista apenas pelo lado da força. Mas eram críticas leves, numa adesão quase incondicional.

Esse misto de adesão e crítica leve ao regime aparece, também, na sua propaganda eleitoral para deputado federal nos anos de 1960 e 1970. Na de 1970, por exemplo, ele escrevia que não ia concorrer, mas que havia decidido aceitar os apelos dado o momento de esperança e temor pelo Brasil. Esperança pela “clarividente” ação do presidente Médici e seus ministros e temor pela crescente subversão, degradação materialista e dos costumes e caos na nossa vizinhança, como no Chile.³⁰

Como recompensa por sua fidelidade, Plínio conseguiu favores diversos da máquina federal. Ele conseguiu algumas

²⁸ Ver *Parecer do Deputado Plínio Salgado ao projeto legislativo 135, de 1970, que aprova o decreto lei 1077, de 26-1-70*. Brasília: Imprensa Nacional, 1970, no qual ele associa a decadência moral (pornografia, feminismo, liberação dos costumes) à guerrilha e aos atos de violência de esquerda que pipocavam pelo Brasil.

²⁹ SALGADO, Plínio. “Carta a Armando Falcão”. *Diário de São Paulo*, 16 fev. 1975 e “Rememorando e prevendo”. *Diário de São Paulo*, 11/1975 In FPS, Caixa 4, E6.

³⁰ Mensagem de rádio da campanha a deputado federal de 1970, in Idem, Caixa 27, E6, doc 15.

nomeações e favores para amigos,³¹ e alguns de seus livros foram reeditados com apoio do Ministério da Educação (como *O Estrangeiro*, publicado em 1972 por iniciativa do então ministro Jarbas Passarinho). Seus lançamentos de livros ou exposições de gravuras também eram prestigiados por ministros como Jarbas Passarinho, diplomatas como J.O. de Meira Penna, etc.³²

Ele também conseguiu verbas, como deputado, para várias associações de caridade, operárias e outras, especialmente, para grupos e associações ligados ao seu pensamento, como a *Ação Social do Planalto* (DF), a *União Operária e Camponesa* (RJ) e o *Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo* (SP). Apenas no ano de 1972, estes três grupos receberam 100 mil cruzeiros,³³ o que dava sobrevida a grupos ligados a ele e ao seu pensamento.

Ele também foi favorecido pelo governo em projetos mais pessoais. Em 1969, por exemplo, ele negociou com os ministros Delfim Netto (Fazenda) e Rondon Pacheco (Educação) um esquema para salvar a editora dos maristas (a FTD) das dificuldades em que ela se encontrava. A solução foi uma compra maciça por parte do governo de livros de sua autoria, de *História e Educação Moral e Cívica*, publicados pela mesma. No processo, ele apresentou inúmeras cartas de militares ressaltando o valor cívico e ideológico dos livros, pelos quais ele recebeu direitos autorais em montante razoável.³⁴

Mesmo assim, o poder de Plínio na política nacional e dentro do governo era bastante limitado. Em 1970, na sua eleição para deputado federal, ele recebeu apenas 31.646 votos,³⁵ e com um

³¹ Ver alguns despachos com Alfredo Buzaid neste sentido em 1972 e 1973 in *Idem*, Caixa 25, E11, doc 61.

³² *Idem*, Caixas 6 e 11.

³³ O mesmo se repetiu, com pequenas variações na distribuição, todo ano até sua morte. Em 1973, alguns recursos foram para o Instituto Brasileiro de Filosofia, ligado a Reale, e para a Organização Feminina Israelita de Ação Social, entre outros. Ver *Idem*, Caixa 9, E4.

³⁴ *Idem*, Caixa 26, E13, docs vários.

³⁵ Mapa TRE, 1970, In *Idem*, Caixa 27, E10, doc 1.

perfil de votação que indica uma base restrita a certas regiões do interior paulista. Já em 1975, em carta a Jader Medeiros, o qual lhe pedia um emprego público, ele se viu forçado a reconhecer que, na verdade, sua influência na máquina federal era limitada e que não conseguia arrumar empregos e cargos como na época de Kubitschek, por exemplo, e que a situação tinha piorado gradualmente desde 1964 e muito mais depois que ele havia deixado de ser deputado.³⁶

No seu próprio enterro, em 1975, compareceram alguns ex-governadores (Laudo Natel, Raimundo Padilha, Lucas Nogueira Garcez), o almirante Hasselmann, Euro Brandão (representando o Ministro da Educação Nei Braga), Miguel Reale, Alfredo Buzaid, os deputados Carvalho Sobrinho e Silveira Sampaio e outras figuras conhecidas da época, como Franco Montoro, o prefeito Olavo Setúbal, o coronel Erasmo Dias e outras. Mas nenhuma figura realmente de primeiro plano, apenas 100 pessoas presentes e nenhuma ritualística especial, como seria de se esperar.³⁷

Nada indica com mais clareza, contudo, os limites do poder de Salgado (e dos ex-integralistas) dentro do regime militar do que o fracasso dos seus inúmeros esforços para imprimir uma marca ideológica integralista dentro do mesmo.

Plínio Salgado e o esforço para dar uma “base ideológica” ao regime

Plínio gostava de ressaltar a importância do integralismo dentro do regime militar. Em entrevistas e documentos, ele afirmava regularmente que os integralistas estavam no poder. Ele dizia que o movimento tinha centenas de milhares de adeptos e que estes estariam todos prontos a receber suas ordens.

³⁶ Idem, 75.05.07/5, carta de Plínio Salgado a Jader Medeiros, 7/5/1975.

³⁷ Plínio Salgado, 1895-1975. *Veja*, 17 dez. 1975 e Plínio Salgado é sepultado em São Paulo. *O Estado de SP*, 9 dez. 1975. Ver também FPS, Caixa 1, E9, cartões dos que compareceram no velório de Plínio Salgado.

Também mencionava com regularidade como centenas de oficiais superiores, deputados e altos membros do poder Executivo eram integralistas e o obedeciam. Outros ex-integralistas, como Gerardo Mello Mourão, mesmo anos depois, indicavam que três presidentes, 123 deputados e senadores e outros líderes tinham admiração por Salgado.³⁸

Plínio também gostava de ressaltar sua amizade e conversas com ministros e os presidentes da República, como Geisel ou Médici, o qual, aliás, segundo ele, teria sido, com a esposa, integralista do núcleo de Bagé.³⁹ Já outros integralistas, como Jader Medeiros, chefe da *União Operária e Camponesa*, mantida pelas verbas de Plínio, eram ainda mais ousados e afirmavam que não apenas eles já estavam no poder, como que Plínio poderia, se não tivesse decidido se dedicar aos jovens, ser o líder do Brasil no momento em que quisesse.⁴⁰ Afirmações claramente fora da realidade, como vários elementos podem confirmar.

Um primeiro indício neste sentido está na própria reação dos representantes do regime militar às declarações de Salgado. Em 1970, depois de declarações deste ressaltando a afinidade do integralismo com o regime, o próprio ministro Alfredo Buzaid, simpatizante do integralismo e amigo de Salgado, declarou que era absurdo afirmar que o integralismo estava no poder e que era mais do que sabido que ele tinha desaparecido em 1938.⁴¹

Do mesmo modo, em 1972, quando Plínio iria falar na Câmara sobre os 40 anos do integralismo, surgiu a informação de que, no seu discurso, ele afirmaria que 100 deputados e oito senadores eram integralistas e de que várias iniciativas do regime, como o

³⁸ MOURÃO, Gerardo Mello. Quem tem medo de Plínio Salgado? *Folha de São Paulo*, 3 maio 1995.

³⁹ Os últimos dias dos integralistas. *Isto É*, 20 maio 1981.

⁴⁰ MEDEIROS, Jader. O integralismo é uma força irresistível que se firmou no tempo de geração em geração. *Renovação Nacional*, janeiro/fevereiro 1972. In FPS, Caixa 117, E1.

⁴¹ Buzaid: Assembléia de São Paulo reabre-se até o fim do mês. *Folha de São Paulo*, 8 maio 1970, In: Idem, caixa 116, E2.

Mobral, o BNH e a integração da Amazônia, tinham inspiração integralista. O MDB, como seria de se esperar, declarou que protestaria contra o fascismo, mas a própria ARENA manifestou-se dizendo que estaria atenta para, se necessário, contestar Plínio, pois o regime nada teria de integralista.⁴²

Em uma entrevista, em 18/10/1972, nota-se um esforço de Plínio para suavizar as suas afirmações. Nela, ele afirmava que o integralismo, enquanto doutrina filosófica e política, estava vivo e que havia coincidências entre os seus princípios com objetivos do governo: combate à subversão e à corrupção, educação moral e cívica da mocidade, culto dos símbolos da pátria, concepção integral dos problemas brasileiros. Justamente por isto ele estaria na ARENA e apoiando o patriótico governo do general Médici.

Perguntado sobre a força numérica dos integralistas nos poderes da República, ele afirmava que dezenas de deputados, magistrados, diplomatas, professores e altos funcionários foram formados na cultura integralista e que estes continuavam a consultá-lo. Portanto, o integralismo não precisaria ser reorganizado, já que, enquanto filosofia, estaria no poder.⁴³ Nesta mesma entrevista, contudo, ele, no entanto, se recusou a dar os nomes dessas pessoas e disse que nunca havia dito que o integralismo inspirava as ações do governo, mas que havia apenas unidade de propósitos.

Em outubro de 1972, houve outro acontecimento neste sentido. Ele havia planejado o lançamento, em Belo Horizonte, do *Movimento de Renovação Nacional*, como uma tentativa de relançar, novamente, o integralismo quarenta anos depois do movimento de 1932.⁴⁴

⁴² Plínio fala do integralismo. *Diário de Brasília*, 10 out. 1972. In Idem, Caixa 116, E5.

⁴³ In Idem, Caixa 11, E3.

⁴⁴ Integralismo: quando a vida não começa aos 40 e Plínio Salgado: o integralismo será a doutrina do século. *Jornal do Brasil*, 8 out. 1972; Plínio ataca de novo? *O Estado de São Paulo*, 6 out. 1972. In: Idem, Caixa 117, E1.

Esse fato levou a reações negativas não apenas do MDB e de figuras como o senador Néelson Carneiro, mas da própria ARENA. O senador Petrônio Portella (presidente do Congresso) afirmou que não era verdade que o regime estivesse seguindo diretrizes integralistas e o deputado Geraldo Freire (líder do governo na Câmara) complementou afirmando que não acreditava que existisse uma “ala integralista” na ARENA e que podiam existir, nela, cem ex-integralistas, mas não cem integralistas ativos.⁴⁵ Essa avaliação é correta e, efetivamente, a presença de ex-integralistas na máquina do Estado e na alta oficialidade não significava respaldo ao integralismo ou a seus herdeiros.

Em 1970, por exemplo, Plínio registrava como “companheiros”, no Rio de Janeiro, cinco generais (Artur Montanha de Souza, Hugo Silva, José Maria Moraes e Bastos, Newton Jordão e Jaime Ferreira da Silva), um almirante (José Oliveira Uzeda) e mais três oficiais de média patente.⁴⁶ Mais ou menos no mesmo período, em outro documento, sem data, ele indicava os nomes de oficiais da Marinha que seriam ex-integralistas ou simpatizantes. Constam ali onze oficiais superiores, muitos dos quais são indicados como “ex-guardas marinhas de 1938”, e entre eles há nomes conhecidos, como os almirantes Hasselmann e Rademaker⁴⁷.

Não há indícios, contudo, que a possível amizade destes homens tenha significado algo na prática. Até por isto, todos os esforços de Plínio para fornecer ao regime uma base doutrinária que aumentaria, inevitavelmente, a sua influência no mesmo acabaram falhando.

Já em 1964, ele começou a sua pregação de que o 31/3 tinha sido um movimento patriótico, mas que não era uma revolução, já que faltava uma doutrina que a sustentasse e permitisse que o combate ao comunismo não se resumisse ao uso da força, mas incluísse também uma mudança de mentalidades.

⁴⁵ Conjuntura cancela a festa integralista em Belo Horizonte. *O Estado de São Paulo*, 7 out. 1972 In Idem, Caixa 117, E1.

⁴⁶ “Relação companheiros, RJ”, In Idem, Caixa 27, E9, doc 10.

⁴⁷ Idem, Caixa 40, E “Memoriais”.

No mesmo ano, ele convocou membros do PRP para criarem uma “Comissão Interventora de Reestruturação”, a qual deveria fornecer embasamento filosófico e doutrinário ao novo regime.⁴⁸

Nos anos seguintes, ele continuou lutando para que a ideologia integralista servisse de base para o regime dos generais e defendeu, em 1965, uma reestruturação política que eliminaria o Senado e criaria um Parlamento baseado não apenas em eleições, mas também em uma representação classista, que se aproximava do velho corporativismo dos anos de 1930. Pela sua proposta, conviveriam uma Câmara corporativa com outra política, na qual os pequenos partidos estariam representados:

Do ponto de vista da representação, há necessidade de as categorias fundamentais da Economia, da Cultura do país se representarem numa Câmara de técnicos, capazes de não apenas estudar os problemas que são inerentes a cada classe, mas correlacioná-las com seus pares, que representam outras classes, dando-nos, portanto, a medida exata daquilo que se deve fazer e que a Câmara Política deve executar.⁴⁹

Em 1966, após considerar que as propostas da nova Constituição nada traziam de novo, propôs novamente a criação de uma “Câmara Orgânica”, que não substituiria o Parlamento e nem seria igual a do fascismo, mas serviria para assessorá-lo e fortalecê-lo frente aos renovados poderes do Executivo.⁵⁰ A ideia foi repelida pela Comissão Mista que estudava a nova Constituição, mesmo com todos os esforços de Plínio em sentido contrário, incluindo apelos ao presidente Castelo Branco e a distribuição de

⁴⁸ Documento interno do PRP, 28/8/1964. In Idem, Caixa 29, E5, doc 10.

⁴⁹ Plínio Salgado sugere: Parlamento exclusivamente de técnicos. *A Gazeta*, 28 jul. 1965 e Deputados propõem extinção do Senado. *Ultima Hora*, 30 jul. 1965. In: Idem, Caixa 115, E1 e 2.

⁵⁰ *Projeto de Emenda Constitucional 609, de 15/12/1966*. Câmara dos Deputados, Brasília, 1969. Ver também SALGADO, Plínio. *Perfis Parlamentares - Plínio Salgado*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982, p. 142-163.

cópias da emenda para inúmeros tomadores de decisão, incluindo vários ex-integralistas.⁵¹ No fim, ele acabou aceitando a orientação do regime e aprovando o texto constitucional de 1967.⁵²

Em agosto de 1968, em Jaú, durante a “Segunda Concentração Nacional dos Centros Culturais da Juventude”, Salgado, no “Manifesto de Jaú”, voltou a defender a democracia orgânica. Na ocasião, ele afirmou que a revolução não estava conseguindo conter a desordem e a anarquia, já que o Estado não teria sido realmente transformado. Sendo assim, muitos oficiais e membros das classes possuidoras estavam descontentes e o integralismo seria a resposta.⁵³

Para sua provável decepção, o próprio general Olímpio Mourão, agora presidente do Supremo Tribunal Militar, disse que a democracia orgânica não funcionaria no Brasil.⁵⁴ Mesmo assim, em 1969, ele voltou a propor a transferência dos poderes do Legislativo para o Executivo e a formação da Câmara orgânica, sem sucesso.⁵⁵ A partir daí, suas propostas de democracia orgânica foram lentamente desaparecendo do horizonte, apesar de nunca terem sido abandonadas por ele.

Neste mesmo ano de 1969, os remanescentes do integralismo viram a sua derradeira chance de aumento de poder. O AI 5 havia fechado o regime e surgiu a possibilidade do ex-ministro do interior, general Albuquerque Lima, posicionado mais a direita no espectro ideológico, disputar a sucessão da Junta Militar. Os radicais de direita, incluindo os integralistas, o apoiaram, assim como parte da oficialidade, mas os outros grupos militares optaram por uma liderança alternativa. O desapontamento dos

⁵¹ FPS, Caixa 9, E5, doc 13. Ele indicava, na listagem, os ex-integralistas (num total de seis) com um pequeno sigma desenhado ao lado.

⁵² SALGADO, Plínio. op cit., p. 276-287

⁵³ AMRC/Fundo Carmela Patti Salgado, Carta de Antenor Ramos a D. Carmela Patti Salgado, 6/10/1982, não classificada.

⁵⁴ FPS, Caixa 115, E3 a 5.

⁵⁵ Idem, caixa 116, E1.

ex-integralistas foi imenso. O general Jaime Ferreira da Silva, ex-integralista, chegou a dizer que eles se sentiram traídos, como se, novamente, e repetindo 1937, eles tivessem sido bloqueados nas portas do poder.⁵⁶

De qualquer modo, depois destas tentativas fracassadas, os ex-integralistas e Plínio pouco conseguiram. No governo Médici, apesar da repressão, o regime procurou se dissociar do radicalismo da direita, sempre falando da restauração democrática e não numa nova ideologia. Nos governos Geisel e Figueiredo, por sua vez, a lógica liberal/práxis autoritária, para usar os termos de Trindade, transmutada na “democracia relativa” de Geisel e na transição sem fim, venceu novamente a tentação fascista, que nunca se viabilizou politicamente.

Plínio também não conseguiu manter o controle sobre os remanescentes do PRP ou seus antigos adeptos. Os membros do partido foram surpreendidos, efetivamente, pela dissolução de todos os partidos políticos em 1965. Plínio, depois de um primeiro momento de defesa da existência dos pequenos partidos,⁵⁷ optou pelo partido do governo, a ARENA, imediatamente, assim como todos os deputados e a liderança nacional.⁵⁸

Mas muitos militantes ficaram incomodados e se recusaram a ficar na mesma agremiação que reunia oriundos da UDN, do PL e outros antigos inimigos. Plínio teve mesmo de lançar um manifesto ao PRP, em 1965, pedindo que todos compreendessem a situação e afirmando que a entrada na ARENA seria a maneira de continuarem a influenciar os acontecimentos.⁵⁹

Plínio manteve influência sobre ao menos alguns dos antigos perrepostas dentro da ARENA, mas a dissolução do PRP

⁵⁶ TRINDADE, Hélgio. O radicalismo militar em 1964, op cit., p. 140-141.

⁵⁷ Ver, por exemplo, seu artigo A Sereníssima República. *Diário de São Paulo*, 16 maio 1965. In: FPS, Caixa 114, E5.

⁵⁸ POWER, Timothy. *The political right in postauthoritarian Brazil. Elites institutions and democratization*. University Park (PA): The Pennsylvania State University Press, 2000, p. 56.

⁵⁹ “Manifesto ao PRP”. In FPS, Caixa 119, E4, doc. 8.

dentro dela acabou, no fim, com qualquer autonomia destes, inviabilizando ainda mais a formação de um projeto político autônomo dos integralistas.

Na verdade, o próprio Plínio tinha noção de que seu poder era limitado e suas declarações públicas refletiam mais um desejo do que a realidade. Nos documentos do seu arquivo pessoal, a frustração dele por não ter atingido o comando do Estado é mais do que evidente, refletindo, no pessoal, a sua trajetória política. Não espanta, assim, que quando ocorreu a morte de Plínio, o *Jornal do Brasil* assim tenha se pronunciado:

Apesar dos fracassos, Plínio continuou a vida afora a se proclamar o iluminado, o messias, o homem marcado para salvar a Pátria da anarquia e da miséria moral. E, ao chegar a velhice, quando não foi mais capaz de distinguir o sonho da realidade, considerou-se não mais o salvador em potencial, mas o herói vitorioso. E qual a vitória alcançada? O Brasil de hoje – disse ele – que seria o resultado de sua longa e incansável pregação.⁶⁰

Realmente, o projeto da ditadura militar tinha muito pouco a ver com os ideais de 1932 ou mesmo de 1945 da AIB ou do PRP, com a exceção de pontos de contato eventuais. O viés desta era, ainda que existissem várias correntes no seu interior, o autoritarismo modernizante, com especial aversão a qualquer ideia de mobilização popular ou de criação de um partido de massa.⁶¹ Não espanta que os apelos de Salgado por uma definição ideológica do regime tenham caído no vazio e que os ex-militantes integralistas trabalhassem com e para os generais sem manter obrigatoriamente uma identidade integralista ou uma fidelidade a Salgado.

⁶⁰ Plínio Salgado, 1895-1975. *Jornal do Brasil*, 9 dez. 1975. Ver também a crítica de Roland Corbisier a respeito das ilusões de poder de Salgado em Plínio Salgado: quem te viu e quem te vê. *Politika*, 70: 19-25, 1973.

⁶¹ LINZ, Juan. Regimes autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 149.

Em resumo, como bem indicado por Héglio Trindade,⁶² é verdade que muitos membros do governo eram ex-integralistas e que a AIB forneceu quadros políticos, socializados pelo partido em seus ideais, ao regime. Do mesmo modo, é fato que alguns deles estavam satisfeitos com os ideais da ditadura, como o anticomunismo, no qual viam alguns pontos comuns com a antiga Ação Integralista.

Não obstante, a grande maioria dos ex-militantes da AIB ou do PRP já tinha se desgarrado ou rompido com o integralismo, estava desarticulada e, com certeza, poucos obedeciam ao comando de Plínio. Assim, ao contrário daquilo que este dizia, os remanescentes do integralismo não comandavam e nem influenciavam de forma decidida o regime, nem abertamente, nem nas sombras.

Dessa forma, a presença dos herdeiros do fascismo no regime militar brasileiro não chegou a ser marcante. Em setores das forças de repressão ou nas envolvidas diretamente com a tortura, referências ao nazismo ou a simbologia fascista não foram incomuns, assim como a presença de simpatizantes deste.

O regime, além disso, apoiou indiretamente organismos de extrema-direita (ainda que não fascistas, mas reacionários ou conservadores) como a TFP (Tradição, Família e Propriedade) e o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), e deu, como visto, algum espaço aos ex-integralistas. Mas foram atividades isoladas, que não significam que possamos considerar o regime como dominado por estes grupos.

Conclusões

A ditadura militar instalada no Brasil entre 1964 e 1985 pode ter sido muita coisa, mas não foi fascista. Isso não significa, contudo, que a extrema-direita fascista (ou herdeira do fascismo)

⁶² TRINDADE, Héglio. O radicalismo militar em 1964, op cit., p. 135. Para as informações a seguir, também me foi muito útil CALIL, Gilberto. O integralismo e o poder: entre a insurreição e a constitucionalização. In LOIBA, Othero Félix. *Rio Grande do Sul: 200 Anos*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002.

não tenha tido nenhuma influência na formatação desse regime. Como visto, ela colaborou para o golpe que levou os generais ao poder e suas ideias, perspectivas e homens circularam para dentro do regime. Mas esse grupo nunca conseguiu implantar seu projeto e a ditadura, apesar de claramente de direita, não era fascista.

Explicar como e por que os herdeiros do fascismo e a extrema-direita em geral tiveram tão pouco sucesso dentro do regime militar é algo complexo e que mereceria maior investigação. A sua dissolução dentro do bloco governista nos anos 1960 parece ter sido crucial para diminuir as suas chances de manter alguma identidade e projeto, enquanto a posição passiva de Plínio apenas acelerou o processo. Mais importante que tudo, no entanto, foi a sua incapacidade para influenciar nos subterrâneos as forças que realmente contavam, ou seja, as Forças Armadas e as elites políticas e econômicas em geral e, para tanto, é de importância a sua história anterior, especialmente na década de 1930.⁶³

Efetivamente, ao se institucionalizarem em partido político de massa e, especialmente, ao se voltar contra o poder constituído (em 1938), a direita fascista brasileira se isolou politicamente e perdeu a chance de preservar suas forças e influenciar os grandes agentes que comandariam a ditadura décadas depois, ou seja, as Forças Armadas e a própria direita moderada. Nesse sentido, o próprio sucesso (relativo, mas sucesso) do integralismo no Brasil dos anos 1930 pode ter colaborado para a diminuição da sua influência nas ditaduras militares anos depois, o que é um fato no mínimo irônico para estes partidos e seus herdeiros.

Recebido em junho de 2010.
Aprovado em outubro de 2010.

⁶³ DEUTSCH, Sandra McGee. *Las Derechas – The Extreme right in Argentina, Brazil and Chile, 1890-1939*. Stanford: Stanford University Press, 1999. p. 324.